

O TÓPICO DISCURSIVO: UMA PERSPECTIVA DE ORGANIZAÇÃO TEXTUAL-INTERATIVA NA ANÁLISE DA CONVERSAÇÃO

Simone Maria Barbosa Nery NASCIMENTO*

RESUMO

Pesquisas de linhas teóricas diversificadas da Linguística têm direcionado suas análises ao funcionamento real da língua nas últimas décadas. Isso é devido ao reconhecimento que a língua tem como prática social na vida do ser humano falante. Nesse sentido, a interação verbal tem sido considerada a concepção básica da linguagem para tais pesquisas. A Análise da Conversação, uma dessas abordagens, elege como produto da interação verbal o texto falado. O presente estudo justifica-se pelo fato de outrora ser a língua falada considerada não-organizada, aleatória e incoerente, além de que, nas últimas décadas, houve um grande avanço linguístico no sentido de se considerar o texto com os seus contextos como unidade de análise. Com tal levantamento teórico, pretende-se, portanto, demonstrar a importância das investigações respeito da organização do texto falado.

Palavras-Chave: Texto Falado; Tópicos Discursivos; Análise da Conversação; Organização Textual-Interativa.

INTRODUÇÃO

Com os estudos da Análise da Conversação, começa-se a perceber que existe, no texto falado, uma organização com regularidades e passível de investigação. Não se vendo mais oposição entre as modalidades oral e escrita, houve, a partir de então, muitas mudanças na condução metodológica de análises dos fenômenos linguísticos, fenômenos que, por dependerem de fatores internos e externos à língua, exigem uma análise tanto rigorosa quanto as análises de textos escritos.

Observando-se, portanto, o compartilhamento de conhecimentos entre os interlocutores e a coerência textual na interação verbal, evidencia-se a importância de se analisar a estrutura organizacional do texto falado. No âmbito textual-interativo, portanto, os estudos sobre o tópico discursivo mostram como é produzida essa organização dinâmica e coerente por meio de unidades textuais.

* UNIESP - Nova Esperança PR.
E-mail: simoneuem@gmail.com

Segundo Marcuschi (1991), as conversações iniciam-se com o tópico que motivou o encontro, ou seja, o tópico é a base para o início de uma interação. Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo apresentar os conceitos acerca dos tópicos discursivos, alguns dos estudos realizados e os procedimentos utilizados nas análises.

1. ANÁLISE DA CONVERSAÇÃO ETNOMETODOLÓGICA

A Análise da Conversação é originária da Análise da Conversação Etnometodológica (ACE), que teve sua origem na década de 1960. Advinda de estudos sociológicos, mais especificamente da Etnometodologia, com os trabalhos de Harold Garfinkel, Harvey Sacks, Emanuel Schegloff e Gail Jefferson, os estudos pretendiam saber como a linguagem é estruturada para favorecer a conversação. Para a Etnometodologia, os analistas devem considerar os fenômenos interacionais.

Existem, no entanto, diferenças teóricas e metodológicas entre as vertentes. A ACE objetiva descrever os procedimentos utilizados por quem conversa para produzir o próprio comportamento e para entender e lidar com o comportamento dos outros, ou seja, o interesse inicial não está na linguagem em si, mas na articulação dos métodos de ação social humana, segundo a perspectiva dos participantes, o que se fala e como se fala. A AC, por sua vez, se preocupa com a descrição linguística do texto falado, com a discussão de questões formulativas e composicionais.

Em se tratando da interação verbal, pressuposto básico para as vertentes, alguns autores (Clark 1996; Marcuschi, 1998a *apud* Dionísio, 2001, p. 69) tem uma definição para a linguagem: “uma forma de *ação conjunta*, que emerge quando falantes/escritores e ouvintes/leitores realizam ações individuais, coordenadas entre si, fazendo com que tais ações se integrem, formem um conjunto”.

Para Clark (2000, p. 49), “a linguagem é usada para fazer coisas”. O uso da linguagem está em várias instâncias, como nas escolas, onde é utilizada para instrução; no dia a dia das pessoas, a linguagem é utilizada para fazer negócios, para discutir alguns temas, fazer fofocas. É ferramenta fundamental nas igrejas, nos teatros, novelas, nos jornais, nos júris, entre outros, servindo como forma de persuasão, para entreter, informar. Como forma de identificar as ações conjuntas que emergem das ações individuais e observar os papéis desempenhados pelas pessoas, Clark propõe algumas

definições para os diferentes usos da linguagem, utilizando o termo *cenário* para tal classificação. O cenário é a combinação de cena e meio. A cena é onde acontece o uso da linguagem, e o meio, por sua vez, diz respeito a se o uso é falado, sinalizado, escrito, ou híbrido. Os cenários são divididos em: cenários de linguagem falada e cenários escritos.

O cenário que interessa ao nosso estudo, portanto, é o cenário falado. O cenário falado que se menciona com mais frequência é a conversa, seja face a face ou ao telefone, que se caracterizam pela livre troca de turnos entre dois ou mais participantes. Esses são os *cenários pessoais*. Existem os *cenários não-pessoais*, em que as pessoas falam em seu próprio nome, como nas palestras e nos monólogos. Nos casos em que a conversa é limitada por regras institucionais, com os turnos de fala alocados por um líder, o cenário é denominado *institucional*. Os *cenários prescritivos* se reservam para aquelas situações que são pronunciadas, mas estabelecidas de antemão, como, em uma cerimônia de casamento, os noivos recitando os votos. Estes cenários podem ser vistos como um subconjunto dos cenários institucionais. Existem também os *cenários ficcionais*, em que a pessoa que fala não expressa as suas intenções próprias. Por último, nos *cenários privados*, as pessoas falam em nome próprio, sem a intenção de serem reconhecidas por outro, como nos casos em que falam para si mesmas.

O cenário mais comum, mais desenvolvido, mais utilizado, o universal, e que não exige habilidades especiais, ou seja, o cenário básico é a conversa face a face.

A conversa face a face é considerada o protótipo da ACE, por sua vez, um dos campos mais desenvolvidos e mais completos da Etnometodologia.

Segundo Coulon (1995, p.26), depois de se desvincular da Sociologia no final dos anos 60, a Etnometodologia, a partir dos anos 70, cinge-se em dois grupos: “o dos analistas de conversação que tentam descobrir em nossas conversas as reconstruções contextuais que permitem lhes dar um sentido e dar-lhes continuidade;” e o dos sociólogos que restringem seus estudos aos objetos tradicionais estudados pela sociologia, como a educação, a justiça, as administrações, a ciência.

Em geral, a etnometodologia é a pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar as suas ações cotidianas. No campo da linguagem, a prática da etnometodologia, fundada por Harvey Sacks, refere-se aos

intercâmbios verbais, sobre as conversas corriqueiras, fazendo, portanto, da conversação o tema central de suas pesquisas.

Segundo Coulon, a Análise da conversação é o estudo das estruturas e das propriedades formais da linguagem. As conversações são organizadas, respeitam uma ordem, que não precisamos explicitar durante o seu decurso, mas que é necessária para tornar inteligíveis as nossas conversações. Sendo assim, pode-se, com Heritage (*apud* Coulon, 1995, p. 73) resumir as três hipóteses da análise de conversação em:

- a) a interação é estruturalmente organizada;
- b) as contribuições dos participantes dessa interação são contextualmente orientadas: o procedimento de indicação dos enunciados a um contexto é inevitável;
- c) essas duas propriedades se realizam em cada detalhe de interação, de tal sorte que nenhum detalhe pode ser posto de lado, como se fosse acidental ou não pertinente.

Motivados pelos princípios da Etnometodologia, os estudos da ACE procurará investigar a forma como as pessoas agem por meio da linguagem. A AC, fazendo uso desses pressupostos, portanto, se preocupa em investigar os aspectos da organização do texto conversacional utilizados pelas pessoas que se interagem em um meio social.

Para tanto, Hilgert (1989, *apud* Dionísio, 2001, p. 70) aponta três níveis de enfoque da estrutura conversacional:

- a) *macronível*: estuda as fases conversacionais, que são *abertura, fechamento e parte central* e o tema central e subtemas da conversação;
- b) *nível médio*: investiga o turno conversacional, a tomada de turnos, a sequência conversacional, os atos de fala e os marcadores conversacionais;
- c) *micronível*: analisa os elementos internos do ato de fala, que constituem sua estrutura sintática, lexical, fonológica e prosódica.

Pode-se dizer que os estudos dos tópicos discursivos estão no nível macro, em que se aborda o fio condutor da organização textual, o tema central e os subtemas dos textos falados.

Antes de adentrarmos nos estudos dos tópicos discursivos, propriamente ditos, considera-se importante explicar melhor os conceitos básicos da Análise da Conversação.

1.2 FUNDAMENTOS B3SICOS DA AN3LISE DA CONVERSA33O

A An3lise da Conversa33o (AC), iniciada na linha da Etnometodologia, como vimos, inicialmente preocupou-se em descrever as estruturas conversacionais e os seus mecanismos organizadores. Atualmente, segundo Gumperz (1982 *apud* Marcuschi, 1991), a preocupa33o est3 relacionada com a especifica33o dos conhecimentos lingu3sticos, paralingu3sticos e socio-culturais, devendo estes ser partilhados para uma boa intera33o. Sendo assim, a perspectiva ultrapassa o n3vel de an3lise estrutural, atingindo os processos cooperativos da conversa33o. Nota-se que a AC se preocupa com a vincula33o situacional e, em consequ3ncia, com o car3ter pragm3tico da conversa33o e de toda a atividade lingu3stica cotidiana.

Nesse sentido, Dion3sio (2001, p. 71) cita algumas das raz3es que justificam o estudo da conversa33o:

(i) 3 a pr3tica social mais comum do ser humano, (ii) desempenha um papel privilegiado na constru33o de identidades sociais e rela33es interpessoais, (iii) exige uma enorme coordena33o de a33es que exorbitam em muito a simples habilidades lingu3sticas dos falantes, (iv) permite que se abordem quest3es envolvendo a sistemacidade da l3ngua presente em seu uso e a constru33o das teorias para enfrentar essas quest3es.

Como se observa, por se tratar de uma pr3tica social, os estudos conversacionais, as suas an3lises, os dados devem partir ou ser todos retirados de situa33es concretas de uso. Com rela33o aos aspectos metodol3gicos, a AC parte de dados emp3ricos, ou seja, de textos reais de intera33o. Assim, na transcri33o das conversa33es, devem aparecer as informa33es adicionais, quando houver e uma vez constatada a sua relev3ncia.

O sistema de transcri33o sugerido 3 eminentemente ortogr3fico, seguindo a escrita padr3o da linguagem, mas considerando-se a produ33o real.

Segundo Marcuschi (1991), um dos pesquisadores precursores da AC no Brasil, a conversa33o 3 a primeira das formas de linguagem a que estamos expostos e 3 o g3nero b3sico da intera33o humana. Essas observa33es sugerem que a linguagem tem uma natureza dial3gica e real3am o princ3pio do car3ter par da linguagem. Isso quer dizer que, quando conversamos, geralmente o fazemos com perguntas e respostas, ou com asser33es e r3plicas.

Como veremos, a conversação exige também uma organização em sua base. Marcuschi (1991, p.15) aponta cinco características básicas constitutivas da conversação:

- a) interação entre pelo menos dois falantes;
- b) ocorrência de pelo menos uma troca de falantes;
- c) presença de uma sequência de ações coordenadas;
- d) execução numa identidade temporal;
- e) envolvimento numa “interação centrada”

Segundo o autor, começar uma interação significa abrir-se para um evento em que as expectativas mútuas serão mostradas. Além do tema em mente do iniciador da conversa, ele deve ter também a pressuposição da aceitação do tema pelo outro e, assim, partilharem de conhecimentos em comum.

Steger (s/d *apud* Marcuschi, 1991) distingue dois tipos de diálogos, o assimétrico, em que um dos participantes tem direito de orientar a interação, desde o início ao final; e o diálogo simétrico, em que vários participantes têm o mesmo direito à palavra. Apenas um deles é propriamente uma conversação em sentido estrito, o diálogo simétrico.

Definidas essas características, Marcuschi parte, em seu livro, para o sistema básico de sua operação: *a tomada de turnos*. Postulada por Sacks, Schegloff e Jefferson, o modelo elementar para a conversação considera a universalidade da regra “*fala um de cada vez*”.

Para que o turno seja um dos componentes centrais do modelo, algumas propriedades são fundamentais:

- a) a troca de falantes ocorre ou pelo menos ocorre;
- b) em qualquer turno, fala um de cada vez;
- c) ocorrências com mais de um falante por vez são comuns, mas breves;
- d) transições de um turno a outro sem intervalo e sem sobreposição são comuns; longas pausas e sobreposições extensas são a maioria;
- e) a ordem dos turnos não é fixa, mas variável;
- f) o tamanho do turno não é fixo, mas variável;
- g) a extensão da conversação não é fixa nem previamente especificada;
- h) o que cada falante dirá não é fixo nem previamente especificado;
- i) a distribuição dos turnos não é fixa;
- j) o número de participantes é variável.
- l) a fala pode ser contínua ou descontínua;
- m) são usadas técnicas de atribuições de turnos;
- n) são empregadas diversas unidades construidoras de turno: lexema, sintagma, sentença, etc.;
- o) certos mecanismos de reparação resolvem falhas.

O autor ressalta que a conclusão do turno pode dar-se a qualquer momento em que aconteça um *lugar relevante para a transição*.

Além da regra básica da conversação, *fala um de cada vez*, Marcuschi comenta acerca de recursos e mecanismos na organização da conversa, uma vez que, quebrada a regra principal, pode acontecer os cismas, cortes, gerando conversas paralelas. Algumas outras regras surgem para definir o *lugar relevante de quem tem a palavra e quando*. As pausas, silêncios, hesitações, assim como as falas simultâneas ou sobrepostas, são organizadores locais importantes, podendo configurar lugares relevantes para a transcrição. As reparações e correções também contribuem para a organização local da conversa.

Para a organização da sequência de turnos, existem também alguns organizadores, eles aparecem nas sequências mínimas, que se dão na extensão de dois ou três turnos. Os pares adjacentes ou conversacionais, as perguntas e respostas, as pré-sequências e sequências inseridas são tipos desses organizadores. Esses organizadores se restringem às passagens locais das sequências. No entanto, existem recursos que organizam a conversação em termos globais. São exemplos desses organizadores as aberturas, como os cumprimentos, e os fechamentos, como as despedidas.

Quanto às unidades sintáticas empregadas na conversação, existem os marcadores conversacionais que fazem a função de ligação e de orientação dos falantes.

Finalmente, os tópicos discursivos, tema principal deste trabalho, surgem nos estudos da Análise da Conversação como a base das conversações. No geral, a conversa inicia-se com o tópico que motivou o encontro. Para Marcuschi(1991), o fundamental disso é que só se estabelece e se mantém uma conversação se existe algo sobre o que conversar. Além disso, o tópico serve de organização da conversa. Essa organização é percebida por meio da coerência conversacional.

Como visto, existem regras e mecanismos no interior da conversa, e, por meio dos tópicos discursivos, é possível identificar, ainda, que a conversa, ao contrário do que preconizavam algumas teorias, é toda organizada. Em sua estrutura formativa e no funcionamento de sua coordenação existe um consenso entre os falantes que conduzem o texto de forma coerente.

Segundo Marcuschi (1991), ao lado da troca de turnos, a coerência é um dos organizadores mais importantes da conversação, porém de natureza diversa. O autor

salienta que a troca de turnos até pode ter violações, mas, se lhes faltar coerência, a conversação terá mais do que falhas estruturais, pois não haverá interação.

Para Pinheiro (2005, p.07), a topicalidade é tomada como princípio organizador do texto. A análise da conversação tópica considera a identificação e delimitação de segmentos e dos procedimentos pelos quais esses segmentos se distribuem na linearidade textual e se recobrem hierarquicamente, possibilitando, assim, a apreensão de dois planos: um horizontal, correspondendo à progressão dos tópicos, e outro vertical, decorrente de uma sucessiva especificação do tópico em pauta. Esses planos constituem estratégias de montagem do texto.

1.3 OS TÓPICOS DISCURSIVOS

Sabe-se que a fala se constitui como o caráter social da linguagem e que a conversação face a face é a sua representação prototípica, porém as pessoas desconhecem a sua estrutura organizacional. Por isso, surge a ideia de que a fala é incoerente e não-organizada. É nesse sentido, portanto, que se pretende enfatizar a existência da organização no texto falado.

Para reforçar a ideia de organização do texto falado possibilitada por meio dos tópicos discursivos, Fávero (1999 *apud* Galembeck 2005) afirma haver coerência no texto conversacional. No entanto, por obedecer a processos de ordem cognitiva, torna-se difícil, muitas vezes, identificar as marcas linguísticas e discursivas dessa coerência que se manifesta na relação entre os referentes e não com base nas marcas. Por isso, a importância de se estudar a noção e os desenvolvimentos dos tópicos na conversação.

Primeiramente, serão apresentadas algumas definições e conceitos de tópicos e, posteriormente, discutidas as suas propriedades.

Conforme Jubran (2006, p.33), a noção de tópico começa a emergir com as pesquisas do Grupo de Organização Textual-Interativa do PGPF. No estudo do grupo acerca dos *Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado*, “há referência a uma unidade discursiva, que compreende um fragmento textual caracterizado pela centração em um tema, com extensões variadas”, que vão desde o âmbito do enunciado até um âmbito que envolve porções maiores do texto. A

idéia de centração é ponto chave nos estudos de tópicos discursivos. No entanto, o conceito dessa unidade discursiva, nesse primeiro momento, ainda é precário.

A autora expõe que, somente com o segundo estudo da *Organização tópica da conversação*, o grupo reconheceu a precariedade do conceito de unidade discursiva e passa, então, a centrar sua atenção na definição da unidade.

Tendo em vista o processo que envolve colaborativamente os participantes de uma interação verbal na construção do texto e, ainda, que um turno é produzido, de alguma forma, com referência ao anterior, com respaldos de enfoques pragmáticos, o grupo afastou a possibilidade de adotar o turno como unidade de análise do texto falado. O entrosamento promovido entre os interlocutores, com a articulação de um turno após o outro, faz com que a conversa seja mantida de forma coesa e coerente, em torno de um conjunto de referências que se projeta como foco da interação.

A partir disso, deriva-se a noção de tópic discursivo, atualmente entendida como uma categoria analítica abstrata, que se manifesta na conversação, mediante enunciados propostos pelos interlocutores a respeito de um conjunto de referentes.

O tópic discursivo, portanto, passa a ser entendido como o elemento que compõe, organiza e fundamenta o texto falado. A categoria analítica de tópic discursivo surge para operar recortes de segmentos textuais, de forma que o analista seja capaz de identificar o que se fala e como isso é organizado no texto.

O tópic discursivo pode ser considerado um dos elementos essenciais na produção da fala e, por conseguinte, dos estudos de língua falada, por abranger dois aspectos, ou melhor, dois princípios fundamentais para o estudo da fala: o princípio fundamentador e o organizador (GALEMBECK, 2005, p.278).

O princípio fundamentador, segundo Galembeck (2005), relaciona-se com o fato de o tópic constituir o referente, e o elemento organizador trata do desenvolvimento dos referentes.

Para Fávero (2001, p.39), “A noção de tópic é de fundamental importância para o entendimento da organização conversacional e é consenso entre os estudiosos que os usuários da língua têm noção de quando estão discorrendo sobre o mesmo tópic, de quando mudam, cortam, criam digressões, retomam, etc.”

Pinheiro (2005) ressalta que o tópic discursivo é uma categoria de bases textual e interacional. Textual, porque se relaciona ao plano global de organização do texto, e

interacional, por ser uma entidade que permite aos interlocutores atribuírem propriedades específicas a ele, conforme suas práticas interacionais.

O autor ainda menciona a noção de tópico proposta por Brown & Yule (1983, p.73): “a noção de tópico está relacionada a representações do conteúdo, que se organiza de forma hierárquica. O tópico pode, então, ser entendido como o assunto acerca do qual se está falando ou escrevendo, e está na dependência de um processo colaborativo.”

Também para Jubran et al (2002), a topicalidade se instaura como o princípio organizador do discurso, ou seja, a estruturação tópica serve como fio condutor da organização discursiva, apresentando, no plano de sua realização, uma estrutura passível de ser identificada e analisada.

Nessas perspectivas, o tópico abrange as propriedades de centração e organicidade. A centração diz respeito a conteúdo e a organicidade é manifesta por relações de interdependências entre os tópicos que se estabelecem nos planos hierárquico e sequencial. Esses traços definidores serão explanados detalhadamente a seguir, cada um a seu tempo.

A centração destaca a referencialidade textual: o tópico é tomado no sentido de “acerca de que se fala”, implicando a utilização de referentes explícitos ou inferíveis e cumprindo a função representativo-informacional da linguagem. A centração, primeira propriedade definidora do tópico discursivo, então, aponta para o direcionamento dos diversos enunciados formadores de um tópico para o desenvolvimento de um mesmo tema e abrange os traços de concernência, relevância e pontualização:

- a) a concernência - relação de interdependência entre elementos textuais, firmada por mecanismos coesivos de sequenciação e referenciação, que promovem a integração desses elementos em um conjunto referencial, instaurado no texto como alvo da interação verbal;
- b) a relevância – proeminência de elementos textuais na constituição desse conjunto referencial, que são projetados como focais, tendo em vista o processo interativo;
- c) a pontualização – localização desse conjunto em determinado ponto do texto, fundamentada na integração (concernência) e na proeminência (relevância) de seus elementos, instituídas com finalidades interacionais (JUBRAN, 2006, p. 35).

De acordo com Jubran (2006), os traços de concernência, relevância e pontualização devem ser observados em uma perspectiva referencial e interacional. Da mesma forma, Galembeck (2005, p.279) expõe que “o tópico discursivo só pode ser

compreendido dentro do processo interacional, já que a interação interfere diretamente na seqüência tópica”.

Para Fávero (2001, p.40) “a centração norteia o tópico de tal forma que, quando se tem uma nova centração, tem-se um novo tópico”.

A centração está relacionada, portanto, ao conceito de conteúdo e, a partir de suas propriedades, pode-se delinear o que se compreendia por assunto ou tema.

No entanto, Jubran (2006a), investigando a questão da referenciação, ressalta que, ao se levar em conta o princípio de que o léxico não é auto-suficiente para a apreensão dos sentidos e de que os referentes não são entidades apriorísticas e estáveis, a referenciação é um processo discursivo, criado na interação, de forma que os referentes passam a ser concebidos como objetos-de-discurso.

Sobre esse assunto, Mondada (2001 apud Pinheiro, 2005) salienta que os objetos de discurso são entidades que não nascem de uma relação de especulação com os objetos do mundo, mas são entidades interativas e discursivamente produzidas pelos participantes de um evento comunicativo. Uma vez identificados e definidos na interação pelos participantes, podem ser tratados como tópicos, ou seja, como objetos manifestados como o assunto do discurso.

Para Pinheiro (2005, p.23), portanto, “O fato de não se encontrar necessariamente materializado no texto, mas de ser extraído pelo analista, desencadeia a crítica de que a noção de tópico é intuitiva e, dessa forma, apresenta dificuldades de operacionalização.” Segundo ele, é verdade que a comunicação humana supostamente se faz em torno de um assunto, mas nem sempre é fácil identificar esse assunto no texto. No entanto, os traços de concernência e relevância que precisam a centração, uma das características do tópico, segundo Jubran et al (1992), se apresenta como um critério a partir do qual o tópico pode ser identificado e compreendido”

Da mesma forma, Marcuschi (2006, p.19) aponta que “O que não pode faltar é uma base referencial preservada que permita a construção da coerência. É nisto que reside a possibilidade de identificar sobre o que se fala”

A organicidade, o segundo traço definidor de tópicos, como visto em Jubran et al (2002, p.345):

é manifesta por relações de interdependência que se estabelecem simultaneamente em dois planos: no plano hierárquico, conforme as dependências de superordenação e subordenação entre tópicos que se implicam pelo grau de abrangência do assunto; no plano seqüencial, de

acordo com as articulações intertópicas em termos de adjacências ou interposições na linha discursiva.

Segundo os autores, as relações de interdependências estabelecidas entre os tópicos, de acordo com o grau de abrangência do assunto, leva-nos a postular a existência de níveis de hierarquização na estruturação tópica. Assim, é possível verificar camadas de organização, que vão desde um tópico suficientemente amplo, passando por tópicos particularizadores, até se alcançarem constituintes tópicos mínimos. Em decorrência disso, denominações como supertópico e subtópico, embora deixem transparecer a noção de hierarquia, não definem nenhum desses tópicos.

Galembeck (2005) salienta que:

A organicidade pode ser observada em dois planos: *linear ou horizontal e vertical*. O primeiro indica a relação entre os tópicos na linha discursiva, em sua linearidade, noção por meio do qual compreendemos o fenômeno de continuidade, quando há organização sequencial dos tópicos e o fenômeno de descontinuidade, marcada pela perturbação na sequencialidade. O *plano vertical*, por sua vez, diz respeito às relações de interdependência existentes entre um determinado tópico e suas subdivisões.

As relações de interdependência entre os níveis hierárquicos, segundo Jubran et al (2002) dão origem a Quadros Tópicos (QT), caracterizados por duas condições necessárias, a de Supertópicos e a de Subtópicos, e, ainda, uma condição possível, a de um tópico vir a ser, ao mesmo tempo, Supertópico ou Subtópico. Conforme explicitado a seguir:

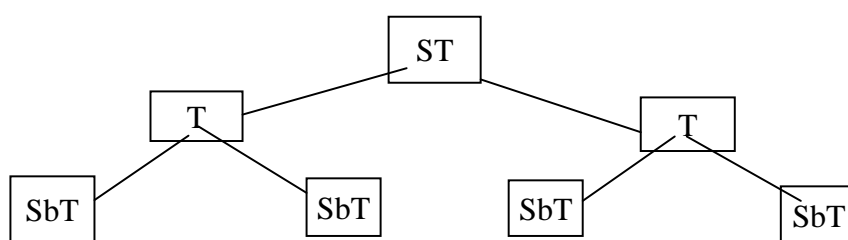
- a) contração num tópico mais abrangente (SUPERTÓPICO, ST), que recobre e delimita a porção de discurso em que ele é focal;
- b) divisão interna em tópicos co-constituintes (SUBTÓPICOS – SbT), situados numa mesma camada de organização tópica, na medida em que apresentam o mesmo teor de concernência relativamente ao ST que lhes é comum;
- c) subdivisões sucessivas no interior de cada tópico co-constituente, de forma que um tópico pode vir a ser o mesmo tempo ST ou SbT, se mediar uma relação de interdependência entre dois níveis não imediatos (JUBRAN, 2002, p. 346).

O quadro tópico, como visto, constitui uma noção abstrata e relacional. Devido o tópico ter um valor relacional na linha de subordinações contínuas, o recorte do Quadro Tópico fixará a condição de supertópico ou subtópico. É o analista, portanto, quem estabelece os níveis hierárquicos, construindo os Quadros Tópicos.

Sendo assim, Jubran et al (2002) define o Quadro Tópico como sendo um procedimento metodológico de que se vale o analista para indicar quais são os tópicos subordinadores e quais os subordinados.

Fávero (2001) demonstra a noção de verticalidade - que refere-se às relações de interdependência que se estabelecem entre os tópicos de acordo com a menor ou maior abrangência do assunto, estabelecendo os níveis na estruturação – aplicando essas noções a um esquema, em que os níveis vão desde um constituinte mínimo – subtópico (SbT), até porções maiores – tópicos (T) ou supertópicos (ST).

ESQUEMA DO QUADRO TÓPICO (Fávero 2001, p. 47)



Voltando à descrição da organicidade, conforme Fávero (2001), é no plano linear e sequencial que se encontra a introdução de informações novas, e, ainda, nesse âmbito da progressão temática que se encontram os fenômenos básicos que caracterizam a distribuição dos tópicos na linearidade discursiva e apontam para articulação intertópica: a continuidade e a descontinuidade.

Segundo a autora (2001, p.46), “a continuidade decorre de uma organização sequencial dos segmentos tópicos, de modo que a abertura de um se dá após o fechamento do precedente”. A categoria de continuidade se define por uma relação de adjacência que ocorre na circunstância específica de esgotamento do tópico anterior. Portanto, existem duas condições para a ocorrência dessa categoria: - a da contiguidade, que se observa no plano intertópico; - e a do esgotamento, constatado no plano intratópico.

A descontinuidade, de acordo com Jubran et al (2002, p.347), decorre de uma perturbação da sequencialidade linear, conforme a situação: “um tópico introduz-se na linha discursiva antes de ter sido esgotado o precedente, podendo haver ou não o retorno deste após a interrupção”. Quando há retorno, tem-se o fenômeno da inserção e alternância; e, quando não há retorno, tem-se a ruptura ou corte.

As inserções constituem as digressões. Jubran et al (2002, p.349) considera dois tipos de digressões:

- a) digressões baseadas no enunciado: que ocorrem quando o segmento inserido constitui um tópico que se relaciona, de algum modo, a outro (s) tópico (s) da conversação, por se subordinar a algum tópico hierarquicamente superior a que esse (s) outro (s) tópico (s) também se submete (m);
- b) digressões baseadas na interação, que não apresentam relações de conteúdo com outro (s) tópico (s), justificando-se por contingências interacionais.

A mudança de tópico também está relacionada à progressão do discurso e, conseqüentemente, pode ser observada no plano linear da organização tópica. Segundo Jubran et al (2002, p.350):

A mudança de tópico pode ocorrer sob três formas: 1) a introdução de um tópico após esgotamento natural do anterior, configurando-se um caso de continuidade; 2) passagem gradativa de um foco de relevância a outro, tópicos de transição, representados por segmentos de uma conversação que não se integram a um tópico específico, porque desempenham, na progressão tópica, a função de estabelecer mediação entre dois tópicos, promovendo a transição gradual de um para outro. (...) Não é mais o tópico anterior, nem ainda o tópico seguinte, mas algo que liga um ao outro. (...) A transição gradual assegura a continuidade intertópica, pelo esvaziamento gradativo de um tópico e o surgimento subsequente de outro. (...) Evita a mudança brusca de tópico, permitindo, todavia, que ele se modifique; 3) introdução de um tópico, por abandono do anterior, antes que os interlocutores o dessem por encerrado.

Os autores, no mesmo estudo, ressaltam a necessidade de, ainda, encontrar, na expressão verbal dos falantes, sinais de orientação que se apresentam como marcas da delimitação tópica. Nesse mesmo sentido, Goffman (1976 apud Jubran, 2002, p. 352) expõe que:

...as condutas dos participantes de uma interação se submetem a uma expressão verbal que ordena o fluxo das mensagens. Realmente, observa-se que, enquanto dura o diálogo, os falantes se mantêm perfeitamente engajados no processo interacional, apesar da multiplicidade de tópicos que o constituem. Os participantes vão captando os sinais emitidos e orientando suas falas segundo o fio condutor (o tópico) responsável pela tessitura e coerência da conversação.

Basicamente, dois fatos foram constatados no estudo das marcas linguísticos-discursivos da delimitação tópica: a) os segmentos caracterizam-se como um conjunto de enunciados apresentando abertura ou começo, meio, e fecho ou saída, b) a delimitação dos segmentos tópicos pode ser justificada por marcas cuja identificação constitui um critério auxiliar de segmentação, já que elas não configuram um padrão de

ocorrências que possibilite categorização segura. Existem fatores que dificultam a sistematização por serem: facultativas, multifuncionais e co-ocorrentes.

As marcas que se evidenciam por meio de realização linguística possuem valor discursivo/pragmático. É o caso dos marcadores conversacionais, as repetições, as frases feitas, atos ilocutórios, pausas, silêncios, hesitações, além de outras categorizações nos níveis prosódico, morfossintático e léxico-semântico.

Com a explanação das propriedades que definem a categoria analítica de tópico discursivo, Jubran et al (2002, p.357) apresentaram uma metodologia da análise da organização tópica do texto conversacional, levando em conta os planos linear e vertical:

1. Segmentação do texto em suas menores porções (segmentos tópicos), assim consideradas aqueles identificáveis fundamentalmente pelo princípio da centração, e delimitadas, eventual e complementarmente, por marcas linguístico-discursivas.
2. O agrupamento desses segmentos tópicos conforme o grau de associação entre eles e o enquadramento sucessivo dos grupos em níveis mais elevados, obtendo-se como resultado a configuração de pirâmides tópicas (JUBRAN et al (2002, p.357-358).

Para a análise estrutural dos segmentos tópicos delimitados, os autores utilizaram fichas para transcrever o segmento tópico considerado e os elementos responsáveis por sua identificação. Os elementos semânticos que constituem os referenciais básicos sob o prisma da centração, para identificação do segmento tópico, foram indicados por meio de grifos no próprio texto. A análise propriamente dita da organização tópica do *corpus* desenvolveu-se após a sua segmentação linear e a construção das pirâmides tópicas, tendo-se sempre em mente esses dois planos organizacionais. Foram elaborados dois gráficos, um para o plano linear, e outro para o plano vertical.

O interessante, nesse estudo de Jubran et al, são os resultados obtidos que reafirmam a idéia da existente organização do texto falado. Conforme os autores, é muito válida a identificação de padrões recorrentes como indicadores da estruturação textual. Os padrões são tanto de natureza discursiva como linguística. Dessa forma, tem-se um motivo a mais para dizer que o texto conversacional não é um simples enfileiramento aleatório de enunciados produzidos por falantes, além de que, mesmo sem planejamento prévio e com uma enormidade de assuntos aparentemente sem concatenação, a conversação consegue ser ordenada cognitivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, com o objetivo de levantar pressupostos teóricos que reafirmassem a existência de regularidades, de ordem, coerência e, enfim, de organização do/no texto falado, buscou nos estudos relacionados aos Tópicos discursivos bases para a identificação e explicação dessa organização.

Como visto, são vários os autores que, com base em pesquisas e análises de textos reais de interação, sustentam essa ideia de organização e coerência do texto falado. Essa constatação evidencia que uma conversação é um fenômeno mais estruturado do que se admite tradicionalmente.

No decorrer de uma conversação, o texto pode aparentar, em algum momento, ter uma estrutura não-organizada. No entanto, conforme a interação vai se desenvolvendo, observa-se que a coerência é controlada cognitivamente e permanece até o seu desfecho. Isso pode ser observado pelas estratégias da organização tópica.

A descontinuidade, por exemplo, se caracteriza pela inserção de tópicos constitutivos de um quadro tópico entre tópicos de outro QT, ou seja, acontece uma perturbação na linearidade, aparentando fugir do controle e da situação de fala. No entanto, a organização sequencial é reestabelecida à medida que se atenda para níveis hierárquicos mais elevados. Dessa forma, a continuidade postulada em termos de só se abrir um novo tópico após o fechamento de outro, reaparece nos níveis mais altos da hierarquia da organização tópica.

Quando se tratam das digressões, quebras, cortes, Jubran et al (2002) puderam constatar, com os seus estudos, a importância de se analisar, futuramente, a questão de indicadores padronizados e recursos cujas regras não foram ainda estabelecidas, pois perceberam que as interações levam a construções colaborativas em dois sentidos: na estruturação do material linguístico com enunciados produzidos por dois falantes; e na estruturação dos tópicos em que cada qual vai acrescentando algo novo.

Ademais, constataram que o texto oral é organizado. A detecção dos dois planos de organização tópica – o sequencial e o hierárquico – permitiu verificar que a fragmentariedade que tem sido atribuída ao texto oral ocorre, basicamente, no plano linear. No plano vertical, a aparente incoerência se desfaz na medida em que, nele,

muito do que se interpreta como descontínuo no plano sequencial não vai merecer tal interpretação.

Segundo os autores, torna-se possível afirmar – ao contrário do que comumente se pensa – que o texto oral é altamente coerente, embora a sua coerência se manifeste de modo diferente daquela do texto escrito.

Salientam, ainda, que um dos desafios que restam será o de montar um conjunto de regras que explicitem certas estratégias de sequenciação com base em critérios interativos. Assumem que não chegarão a constituir uma gramática propriamente dita, mas poderão ser de muita utilidade no próprio ensino da língua, quando se explicitar quais os passos se que podem seguir para melhor compreender e explicar fenômenos linguísticos em contextos reais de uso.

Conclui-se, com o presente estudo, que não se esgotaram os campos para as investigações relacionadas à organização do texto oral e da língua falada em geral, pelo contrário, embora, e felizmente, existam cada vez mais o interesse pela língua falada, os estudos sugerem a necessidade de mais e mais pesquisas que venham comprovar com dados empíricos a existência da organização do texto oral e corroborar com o fortalecimento teórico da língua falada.

THE DISCURSIVE TOPIC: A PERSPECTIVE OF ORGANIZATION-TEXTUAL INTERACTIVE IN ANALYSIS OF CONVERSATION

ABSTRACTS

Searches of diverse theoretical lines of linguistic shave focused their analyzes to the actual workings of language in recent decades. This is due to the recognition that language is a social practice in human life speaker. In this sense, the verbal interaction has been considered the basic design language for such research. A Conversation Analysis, one of these approaches, chooses a product of verbal interaction spoken text. This study is justified by the fact that the language spoken once be considered unorganized, random and incoherent, and that in recent decades there has been a breakthrough in the linguistic sense considering the text with their contexts as unit analysis. With this theoretical approach, it is intended, therefore, to demonstrate the importance of research about the organization of the spoken text.

Key-words: Spoken Text; Discursive Topics; Conversation Analysis; Textual Organization-Interactive.

REFERÊNCIAS

- CLARK, H. *O Uso da Linguagem. Caderno de Tradução* 9, 49-71. Porto Alegre: IL/UFRGS. 2000.
- COULON, A. *Etnometodologia*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Vozes, 1995.
- DIONÍSIO, A. P. *Análise da Conversação*. In: *Introdução a lingüística: Domínios e fronteiras*, V.2. Fernanda Mussalin, Ana Cristina Bentes (orgs) São Paulo: Cortez, 2001.
- FÁVERO, L. L. *O tópico discursivo*. In: Dino Preti. (Org.). *Análise de Textos Oraís*. 5 ed. São Paulo, 2001.
- GALEMBECK, P.T. *O tópico discursivo: procedimentos de expansão*. In: Preti, D. (org.) *Diálogos na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas. 2005, pp. 277-99. Vol. 7.
- GUMPERZ, J. In: MARCUSCHI, L.A. *Análise da Conversação*. São Paulo: 2.ed. Editora Ática, 1991.
- HERITAGE. In: COULON, A. *Etnometodologia*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Vozes, 1995.
- HILGERT, J.G. In: DIONÍSIO, A. P. *Análise da Conversação*. In: *Introdução a lingüística: Domínios e fronteiras*, V.2. Fernanda Mussalin, Ana Cristina Bentes (orgs) São Paulo: Cortez, 2001.
- JUBRAN, C. C.A.S. et al. *Organização tópica da conversação*. In: ILARI, R. (org.). *Gramática do português falado*, v.II. Campinas/SP: UNICAMP, São Paulo: FAPESP, 1992.
- _____. *A Perspectiva textual-interativa*. In: *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2006a.
- _____. *Tópico Discursivo*. In: *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2006.
- MARCUSCHI, L.A. *Análise da Conversação*. São Paulo: 2.ed. Editora Ática, 1991.
- _____. *Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais*. Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas, SP, Universidade Estadual de Campinas, 48(1), p. 7-22, jan./jun., 2006.
- MONDADA, L. In: PINHEIRO, C.L. *Estratégias textuais-interativas: a articulação tópica*. Maceió: EDUFAL, 2005.

PINHEIRO, C.L. *Estratégias textuais-interativas: a articulação tópica*. Maceió: EDUFAL, 2005.

_____. *O tópico discursivo como categoria analítica textual-interativa*. Cadernos de Estudos Linguísticos. (UNICAMP), Instituto de Estudos da Linguagem – Campinas-SP, v. 48 (1), p. 43-51, 2006.

STEGER, In: MARCUSCHI, L.A. *Análise da Conversação*. São Paulo: 2.ed. Editora Ática, 1991.